

## **ELEIÇÃO**

### **PARA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DOCENTES DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA NO CONSELHO DIRETOR**

## **REGULAMENTO**

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Este Regulamento tem por objetivo disciplinar a eleição para a escolha dos três representantes docentes (titulares e respectivos suplentes) que deverão integrar a composição do Conselho Diretor do CEFET/RJ, nos termos do inciso VIII do art. 2º. de seu Regulamento.

Art. 2º. São competências do Conselho Diretor as previstas no art. 8º. do Decreto Presidencial nº 5.224, de 1º de outubro de 2004 (D.O.U. de 04/10/04), reportadas no Estatuto do CEFET/RJ e no Regulamento do Conselho Diretor.

### **DA CANDIDATURA**

Art. 3º. Os candidatos se inscreverão por chapas (titular e suplente), podendo se candidatar os docentes do Quadro Permanente de servidores, desde que em efetivo exercício há, no mínimo, 05 (cinco) anos na instituição independentemente da Unidade a que pertençam.

§ 1º. É vedada a candidatura de docentes membros do CEPE – Conselho de ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 2º. Os docentes que detenham mais de uma matrícula somente poderão se candidatar em uma única chapa.

§ 3º. Poderão se candidatar os atuais membros do Conselho Diretor, representantes dos docentes desde que observado o disposto no § 1º, Art. 9º., do Estatuto do CEFET/RJ.

Art. 4º. Os candidatos estarão distinguidos de acordo com o nível de ensino a que estejam vinculados, conforme se segue:

- I. Candidatos representantes do nível de Ensino Médio e Técnico – integrantes da carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica – EBTT.
- II. Candidatos representantes do nível de Ensino Superior – integrantes da carreira do Magistério Superior.

Parágrafo único. As chapas poderão ser formadas por representantes de Unidades de Ensino distintas, observado o disposto neste artigo.

Art. 5<sup>o</sup>. A candidatura dar-se-á individualmente, no prazo estabelecido no Anexo II, diretamente no Departamento de Recursos Humanos, localizado no Bloco A, 2<sup>o</sup> andar, da unidade Maracanã.

#### DOS ELEITORES

Art. 6<sup>o</sup>. Para a escolha dos representantes e respectivos suplentes, serão adotadas as seguintes normas:

- I. Estarão habilitados a votar os docentes do Quadro Permanente dos servidores ativos do Sistema CEFET/RJ.
- II. Os docentes da carreira da educação Básica, Técnica e Tecnológica poderão votar em até 02 (duas) chapas representando o nível de ensino Médio e Técnico.
- III. Os docentes da carreira do Magistério Superior votarão em apenas 01(uma) chapa representando o nível de Ensino Superior.
- IV. Os docentes que detenham mais de uma matrícula somente poderão votar uma única vez.

#### DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 7<sup>o</sup>. Os candidatos poderão promover suas campanhas eleitorais, no período compreendido entre a homologação da candidatura e a véspera da eleição, desde não prejudiquem as atividades normais da Instituição, nem promovam ações que conduzam à desarticulação do processo eleitoral.

Parágrafo único. A fixação de cartazes ou mensagens de propaganda carecerão de autorização expressa do Departamento de Infraestrutura – DEIES, órgão que definirá, em observância à legislação aplicável, os pontos físicos próprios para tanto, evitando, desta forma, eventuais danos ao patrimônio e à imagem da Instituição.

Art. 8<sup>o</sup>. Não poderão ser usados, direta ou indiretamente, materiais permanentes e de consumo da Instituição, equipamentos ou outros bens patrimoniados para a realização da Campanha Eleitoral, que deverá ser realizada às expensas e sob a responsabilidade do candidato.

#### DA VOTAÇÃO

Art. 9<sup>o</sup>. Os eleitores exercerão o direito de escolha de forma nominal, por voto secreto e direto, nas datas e horários divulgados no artigo 23, devendo ser oportunamente informados sobre os locais de votação em cada Unidade de Ensino.

§ 1<sup>o</sup>. O voto é facultativo.

§ 2<sup>o</sup>. É vedado o voto por procuração ou correspondência, em qualquer hipótese.

§ 3<sup>o</sup>. Os eleitores deverão entrar no local de votação somente no momento do voto, após o que não será permitida a permanência dos mesmos no recinto.

6

Art.10. Caberá à Comissão Eleitoral indicar os servidores que deverão compor as mesas eleitorais em cada Unidade de ensino.

Art. 11. O processo de votação será realizado por meio de urnas e cédulas tradicionais.

§ 1<sup>o</sup>. As cédulas serão preparadas pela Comissão Eleitoral.

§ 2<sup>o</sup>. A votação far-se-á em cabine indevassável.

Art. 12. A Comissão Eleitoral será responsável por providenciar os recursos necessários para o processo de votação em cada Unidade de Ensino, conforme especificado:

- I. Urnas, a serem alocadas nas Unidades de Ensino, em local a ser determinado;
- II. Cédulas em quantidade correspondente ao número de eleitores em cada Unidade de Ensino;
- III. Listas de presença contendo a relação nominal dos eleitores em cada Unidade de Ensino.

§ 1<sup>o</sup>. As listas de presença, as cédulas oficiais não utilizadas, as urnas lacradas e todo o material existente deverão ser recolhidos e guardados diariamente pelos mesários, em local indevassável, durante o período estabelecido para a votação.

§ 2<sup>o</sup>. A retirada do material a que se refere o parágrafo anterior deverá ocorrer, no dia subsequente, na presença de pelo menos dois mesários.

Art. 13. No ato da votação, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- I. As cédulas deverão ser rubricadas, uma a uma, pelos membros da Mesa, na presença de cada eleitor;
- II. O eleitor deverá apresentar aos Membros da Mesa documento de identificação;
- III. Após sua identificação, e estando apto a votar, o eleitor deverá assinar a lista de presença;
- IV. O eleitor, ao receber a cédula devidamente rubricada, seguirá para a cabine, onde preencherá sua cédula, assinalando uma única opção;
- V. Após o término do preenchimento da cédula, o eleitor deverá depositar seu voto na urna, retirando-se posteriormente do recinto.

Art. 14. Encerrado o período de votação, deverão ser providenciados:

- I. O registro do número de votantes nas listas de presença, inutilizando-se os espaços referentes aos ausentes;
- II. O registro em ata de todos os atos e fatos referentes ao pleito;
- III. O transporte, para a Unidade Maracanã, das urnas instaladas nas Unidades de Ensino, com toda a documentação referente ao pleito.

#### DA APURAÇÃO GERAL

Art. 15. A apuração dos votos terá início 01 (uma) hora após o encerramento da votação na Unidade Maracanã, em local a ser oportunamente informado.

Parágrafo único. Durante o intervalo previsto no caput deste artigo, deverá ser reunido todo o material relativo à consulta, distribuído entre as Unidades de Ensino do CEFET/RJ.

Art. 16. A Junta Apuradora será presidida pelo presidente da Comissão Eleitoral e mais dois servidores por ele indicados.

Art. 17. Antes da apuração deverão ser observados os procedimentos a seguir:

- I. Após a contagem dos votos de cada uma das urnas, a Junta Apuradora verificará se o número coincide com o de votantes. Em caso afirmativo, dar-se-á início à apuração;
- II. Se o número de votos em qualquer uma das urnas for inferior ou superior ao número de assinantes, a Junta Apuradora analisará e julgará pela impugnação ou não da mesma.

Parágrafo único. O voto em branco ou nulo não será computado para nenhum dos candidatos.

#### DOS ELEITOS

Art. 18. As chapas serão classificadas por ordem decrescente do número de votos, até o preenchimento do quantitativo total das vagas disponíveis.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrer empate entre as chapas, será considerada eleita a chapa cujos candidatos a titular e suplente forem os mais antigos em exercício na Instituição.

Art. 19. A Junta Apuradora deverá registrar os resultados da votação em Mapa de Apuração próprio, que será assinado por todos os seus membros.

Art. 20. Concluídos os trabalhos, a Junta Apuradora encaminhará à Direção-Geral do CEFET/RJ o Mapa de Apuração, a respectiva Ata, as cédulas utilizadas e as listas de presença.

Art. 21. Após a divulgação dos resultados, caberá a interposição de eventual recurso, que deverá ser formalizado por escrito, exclusivamente pelo candidato titular.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Eleitoral examinar os recursos e emitir decisão conclusiva e irrecorrível.

Art. 22. Caberá à Direção-Geral a homologação dos resultados da eleição, o que, na hipótese de existência de recursos, deverá ocorrer após o julgamento e respectiva decisão pela Comissão Eleitoral, para posterior encaminhamento ao CODIR.

## DO CALENDÁRIO ELEITORAL

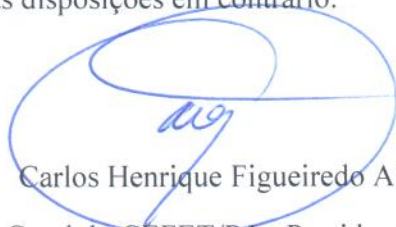
Art. 23. O Calendário Eleitoral dar-se-á conforme quadro da tabela abaixo:

CALENDÁRIO ELEITORAL	
De 06/08 a 10/08/2018	DIVULGAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL
De 13/08 a 17/08/2018 (das 10h às 17h)	INSCRIÇÃO DAS CHAPAS (Local: DRH- Unidade Maracanã)
Dia 20/08/2018 (até às 17h)	HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS
De 21/08 a 03/09/2018	- CAMPANHA ELEITORAL - PREPARAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DE ELEIÇÃO
De 04/09 a 06/09/2018 (das 10h às 17h)	PERÍODO DAS ELEIÇÕES  Observação: Nas Unidades de Ensino de Nova Iguaçu, Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, encerrar-se-á no dia 05/09/2018.
Dia 06/09/2018 (a partir das 17h)	APURAÇÃO DOS VOTOS
Dia 10/09/2018 (até às 12h)	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA APURAÇÃO E INÍCIO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE EVENTUAIS RECURSOS
Dia 11/09/2018 (até às 17h)	DATA LIMITE PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
Dia 12/09/2018	JULGAMENTO DE RECURSOS
Dia 13/09/2018	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO PELA DIREÇÃO-GERAL
Dia 14/09/2018	REUNIÃO DO CODIR TENDO COMO ITEM DE PAUTA O ENCAMINHAMENTO DO RESULTADO HOMOLOGADO DA ELEIÇÃO AO MEC

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral que, por meio de instruções complementares, divulgará as deliberações.

Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrário.



Carlos Henrique Figueiredo Alves  
Diretor-Geral do CEFET/RJ e Presidente do CODIR